

ABORDAGENS TEÓRICAS E PRÁTICAS EM PESQUISA

COORDENADORES

Patricia Bieging

Raul Inácio Busarello

ISBN 978-85-7221-528-2

2025

*Anderson Barros da Silva
Carlos Adriano Martins*

MONSTRUOSIDADE SOCIAL E RECONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA:

**O FILME “FRANKENSTEIN” COMO
ALEGORIA DA TRAJETÓRIA
DE UMA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
ADQUIRIDA NA VIDA ADULTA**

RESUMO:

O presente capítulo propõe uma leitura acadêmico-científica do filme Frankenstein (Guillermo del Toro, 2025), articulando seu enredo à trajetória de uma pessoa com deficiência (PCD) adquirida na vida adulta. A análise parte da metáfora central: a sociedade ocupa o lugar de Victor Frankenstein, criador, definidor e algoz, ao produzir a "identificação" do sujeito como deficiente, reduzir sua presença social ao déficit e reforçar a segregação; a criatura, por sua vez, corresponde à PCD, cuja subjetividade é moldada por um processo de luto pelo corpo anterior, por estigmas e por violência simbólica, culminando em reconstrução identitária e reposicionamento ético-político. Mobilizam-se referenciais dos estudos da deficiência (modelo social, crítica ao capacitismo, estigma), da sociologia da doença crônica (disrupção biográfica), e da psicologia do luto, além de uma análise simbólica do "monstro" como figura cultural de abjeção e resistência. Argumenta-se que o filme permite compreender a deficiência adquirida como experiência relacional e histórica, na qual o "monstruoso" não reside no corpo lesionado, mas nos regimes de normalidade que o rejeitam.

Palavras-chave: deficiência adquirida, capacitismo, estigma, identidade, Frankenstein.

INTRODUÇÃO

A adaptação de Frankenstein (2025), dirigida por Guillermo del Toro e distribuída pela Netflix após circulação em festivais e exibição limitada em salas de cinema, retoma a narrativa de Mary Shelley como tragédia do abandono, da alteridade e da violência que emerge da rejeição do diferente. A obra estreou mundialmente em Veneza e chegou ao *streaming* em 7 de novembro de 2025, com Oscar Isaac como Victor Frankenstein, Jacob Elordi como a criatura e Mia Goth como Elizabeth Lavenza.

Del Toro reafirma seu interesse recorrente por sujeitos “monstruificados”, seres cujo corpo, origem ou condição os colocam fora do campo do humano normativo, insistindo que a monstruosidade é produzida socialmente pela recusa do reconhecimento. Nessa chave, o filme oferece um terreno fértil para pensar trajetórias contemporâneas de pessoas com deficiência adquirida na fase adulta, nas quais o sujeito torna-se, repentinamente, alvo de uma leitura redutora, medicalizante e estigmatizante, sendo empurrado a uma zona de “não-pertencimento”.

Este capítulo objetiva relacionar o enredo filmico à narrativa social de uma PCD adulta, propondo que: a sociedade atua como Victor Frankenstein, isto é, cria a categoria “deficiente”, define seus limites e simultaneamente a rejeita; a criatura representa a pessoa que adquire deficiência, e que precisa ressignificar sua identidade após a ruptura do corpo anterior; o conflito final do filme, “você pode ter me criado, mas agora eu sou seu mestre”, corresponde ao gesto de retorno político da PCD ao campo da agência (Brasil, 2015), quando ela desnaturaliza a opressão capacitista e reivindica o direito de narrar a si mesma.

A relevância decorre de dois fatores. Primeiro, a deficiência adquirida se insere no que Diniz (2007) denomina “corpos

temporariamente não-deficientes", lembrando que a deficiência é um horizonte possível a qualquer vida e, portanto, questão coletiva. Segundo, o cinema, como forma cultural de grande alcance, funciona como arquivo simbólico de medos, normas e disputas de humanidade, e Frankenstein é um dos mitos mais duráveis dessa gramatura.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO E METODOLOGIA

Trata-se de um ensaio teórico-analítico com base em análise filmica qualitativa. A obra cinematográfica é lida como texto cultural, considerando personagens, arcos narrativos, recursos visuais e núcleos simbólicos; a seguir, esses elementos são colocados em diálogo com literatura consolidada sobre deficiência, preconceito, estigma, identidade e luto.

No campo da deficiência, adota-se principalmente o modelo social e suas revisões feministas. Diniz (2007) destaca que o modelo social desloca o problema do corpo para a estrutura social: "o modelo social definia a deficiência não como uma desigualdade natural, mas como uma opressão exercida sobre o corpo deficiente" (Diniz, 2007, p. 7). Assim, a deficiência adquirida é compreendida como experiência relacional, atravessada por barreiras arquitetônicas, comunicacionais e atitudinais, além de valores morais como produtividade, autonomia e normalidade.

A análise do estigma fundamenta-se em Goffman (1988), para quem a marca social imposta ao sujeito altera suas interações e seu "lugar" no mundo. O autor observa que a estigmatização repentina pode ser especialmente dolorosa porque o sujeito já conhecia o código moral que o rebaixa: "o doloroso de uma estigmatização

repentina... [é] o fato de ele conhecer suficientemente a sua identidade" (Goffman, 1988, p. 112).

Para compreender a reconfiguração de sentido após a deficiência, recorre-se ao conceito de "disrupção biográfica" (Bury, 1982), isto é, a quebra súbita do curso esperado de vida, exigindo a reconstrução narrativa do *self*. Complementa-se com Charmaz (1983), que analisa a "perda de si" como sofrimento central em doenças/lesões crônicas e como motor de reordenação identitária.

No âmbito do luto, mobilizam-se os estágios propostos por Kübler-Ross (negação, raiva, barganha, depressão, aceitação), entendidos não como sequência rígida, mas como mapa de afetos recorrentes. Para o contexto brasileiro, Kovács (1992) contribui ao tratar o luto enquanto processo de desligamento afetivo-existencial diante de perdas reais e simbólicas, destacando a solidão como traço permanente do enlutamento.

Del Toro reordena o romance de Shelley preservando a moldura trágica: Victor Frankenstein, movido por um ideal de domínio sobre a vida, fabrica um ser a partir de partes humanas e o anima por meio de ciência e obsessão. No instante inaugural, no entanto, foge do corpo que criou. O gesto de abandono inaugura a tragédia: a criatura nasce sem nome, sem linguagem, sem vínculos e sem reconhecimento.

O filme acentua a dimensão afetiva do abandono: a criatura é mostrada como "infância lançada ao mundo", cuja primeira experiência é a recusa. A partir daí ela atravessa três eixos principais:

- 1.** Aprendizagem do humano: aproxima-se do mundo por observação, desejo de pertencimento e curiosidade pelo "criador".
- 2.** Experiência contínua de estigma: sua aparência produz horror, expulsão e violência; cada encontro confirma que o social a lê como ameaça.

3. Mutação ética em revolta: quando comprehende que o abandono não é acidente, mas lógica moral, a criatura passa a perseguir Victor, reivindicando que a responsabilidade pelo monstro é do criador.

O ponto de inflexão é a tomada de consciência política, ao ser reiteradamente desumanizada, a criatura formula uma contra-narrativa de si e devolve ao criador o espelho da violência. Essa estrutura será, aqui, transposta à experiência de uma PCD adulta.

Pedimos licença à Mary Shelley (2001) e sua obra, Del Toro e a sua produção e aos fãs de ambas, para fazermos um recorte relacional entre a obra cinematográfica de 2025 com a contemporânea sociedade do espetáculo (Debord, 1967), que ao valorizar mais a imagem em detrimento da realidade e o "ter" em detrimento do "ser", toma a forma de Victor Frankenstein, que nomeia a deficiência e rejeita o corpo diverso e, o produto por ela criado, assume a forma da criatura, que toma para si a responsabilidade de "ser" humano sem "ter" posse de sua "humanidade" e de existir sem possuir a imagem imposta como adequada.

A metáfora proposta, sociedade como Victor, encontra respaldo nos estudos sociais da deficiência. O modelo médico tradicional entende a deficiência como "falha" do indivíduo, orientando-se à normalização do corpo. Em oposição, o modelo social aponta que é a organização social que converte lesão em incapacidade social, por meio de barreiras e valores.

Assim como Victor cria e dá a vida à criatura ao compor um corpo "impróprio à vida ordinária", a sociedade cria a deficiência como marcador ao estabelecer um padrão corporal de normalidade. Essa fabricação não é neutra: ela deriva de um imaginário que associa valor humano a autonomia, desempenho e produtividade. Diniz mostra que tal moralidade faz do corpo lesionado um corpo "tolerado apenas se puder aproximar-se do ideal produtivo" (Diniz, 2007).

Ao adquirir uma deficiência na fase adulta, a pessoa atravessa uma transição brutal entre o estatuto de "corpo válido" e o lugar social da "incapacidade". Essa mudança é menos biológica do que relacional: redes de trabalho, família, cidade e instituições passam a reordenar expectativas, muitas vezes restringindo oportunidades antes abertas. É nesse ponto que a figura de Victor se revela não apenas como cientista, mas como norma social personificada: ele cria, define e rejeita.

Goffman (1988) explica que os "normais" constroem uma "teoria do estigma" para justificar a inferiorização e o controle do perigo atribuído ao estigmatizado. No filme, isso aparece na perseguição à criatura, no pânico automático diante de seu corpo e na crença de que ela "não pertence ao mundo". Na experiência da PCD, reaparece como capacitismo cotidiano: infantilização, suspeita de incompetência, piedade compulsória ou expulsão silenciosa do convívio.

Portanto, o monstro não é o corpo alterado, mas o olhar social que o aprisiona numa identidade única, a de "deficiente", e nega sua continuidade existencial. A PCD, portanto, tal qual a criatura vivencia uma disruptão biográfica, conjuntamente com o luto do corpo anterior e ressignificação identitária.

Bury (1982) cunha a noção de disruptão biográfica para descrever como uma condição crônica ou lesão interrompe o roteiro de vida esperado, exigindo uma releitura completa do passado e do futuro. A deficiência adquirida opera exatamente assim: reorganiza projetos, relações, rotina corporal, trabalho e pertencimento, criando um "antes" e um "depois" que não se encaixam espontaneamente.

A criatura, ao nascer, descobre o mundo "sem biografia", mas rapidamente entende que sua biografia será produzida contra ela, os outros a narram como ameaça. Analogamente, a PCD adulta percebe que a sociedade produz uma história sobre seu corpo, história essa frequentemente pautada pela perda, limitação e carência. O sujeito passa a existir sob suspeita.

Charmaz (1983) chama isso de “perda de si”: quando a nova condição fragmenta identidades anteriores (profissional, afetiva, corporal), impondo um trabalho de reconstrução.

LUTO DO “CORPO PERFEITO” E MICRO-MORTES COTIDIANAS

O luto na deficiência adquirida é múltiplo: não se trata apenas do luto pela saúde anterior, mas pela autonomia presumida, pelo futuro imaginado e pelo vínculo com um corpo que organizava o mundo. Kübler-Ross (1969) descreve cinco modos recorrentes de viver perdas radicais: negação, raiva, barganha, depressão e aceitação.

Esses afetos aparecem com nitidez na criatura:

- Negação/isolamento: o ser tenta aproximar-se do socialcreditando que será aceito; não comprehende a rejeição inicial.
- Raiva: a violência sofrida converte-se em fúria dirigida ao criador.
- Barganha: seu pedido por uma companheira é tentativa de negociação pela humanidade.
- Depressão: o reconhecimento de que o mundo não a quer torna-se desespero.
- Aceitação (ou transmutação): ela decide existir como sujeito ético-político, mesmo contra o social.

Na trajetória de uma PCD, tais fases raramente seguem ordem linear; elas reaparecem em ondas, especialmente diante de “micro-mortes”, experienciada em cada barreira arquitetônica, cada exclusão do trabalho, cada olhar que reduz o sujeito ao déficit. Kovács (1992) enfatiza que o luto acontece sempre que um vínculo significativo é rompido e que a solidão do enlutamento é persistente. A deficiência adquirida, portanto, envolve um luto repetido, o mundo anterior

reaparece como lembrança e comparação contínua, especialmente quando o social atual não oferece inclusão real, mas, ao invés disso, uma inclusão perversa (Sawaia, 2001), que acontece quando e sempre que, há uma pretensa inclusão, onde se inclui para excluir.

ESTIGMA, VERGONHA SOCIAL E “CARREIRA MORAL”

Goffman descreve a estigmatização como processo pelo qual um atributo se torna totalizante, “deformando” a identidade social do indivíduo. No caso da deficiência adquirida, a “marca” surge de forma abrupta, e o sujeito já conhece os códigos com que o desprezão. Por isso, o impacto é duplo: a mudança corporal e a mudança de estatuto social. Como afirma Goffman, o sofrimento vem de saber, de antemão, a gramática do rebaixamento. (Goffman, 1988, p. 112).

Del Toro traduz isso visualmente com insistência na face do outro, a criatura é encarada, medida, esquadinhada. A cena do olhar social é a cena do estigma. Para a PCD, o olhar é frequentemente acompanhado de discursos de incapacidade (“não consegue mais”, “não dá conta”, “agora precisa ser cuidada”), que naturalizam a segregação como se fosse proteção.

A REVOLTA COMO RETORNO DA AGÊNCIA: “VOCÊ PODE TER ME CRIADO, MAS AGORA EU SOU SEU MESTRE”.

A frase central da metáfora proposta tem potência político-existencial. No filme, a criatura não busca dominar o criador por sadismo; ela o faz para devolvê-lo à responsabilidade ética. Ao dizer-lhe “agora eu sou seu mestre”, ela afirma que:

1. o criador não controla o sentido do que criou;
2. a criatura aprendeu a ler o mundo e a ler a violência do mundo;

3. a agência nasce justamente no lugar em que a norma queria silêncio.

Nos estudos da deficiência, esse movimento corresponde à virada do “objeto de cuidado” ao “sujeito de direitos”. O modelo social enfatiza que retirar barreiras é condição de justiça. Shakespeare (2006; 2013) amplia esse debate mostrando que deficiência envolve simultaneamente corpo, cultura e política, exigindo abordagens pluralistas e críticas ao moralismo da normalidade.

Assim, a PCD adulta, ao reconstruir sua identidade, pode alcançar um ponto de inflexão semelhante ao da criatura, a descoberta de que não é “produto trágico”, mas sujeito histórico. Esse reposicionamento aparece em atos como:

- recusar a redução identitária à deficiência;
- reivindicar acessibilidade como direito, não favor;
- narrar publicamente o capacitismo;
- converter a experiência corporal em saber sobre o social.

O “caçar o criador” torna-se, aqui, metáfora de disputa simbólica, não pela aniquilação da sociedade, mas pela transformação de seus regimes de normalidade.

LEITURA SIMBÓLICA E FILOSÓFICA: O MONSTRO COMO FIGURA CULTURAL DA ABJEÇÃO E DA HUMANIDADE RECUSADA

O mito de Frankenstein opera numa fronteira, o que conta como humano? No cinema de del Toro, o monstro é sempre um espelho. Em Frankenstein, a criatura encarna a abjeção social: corpo montado, “excesso de diferença”, presença que ameaça a fantasia de integridade do mundo.

Garland-Thomson (1997) argumenta que culturas constroem o corpo deficiente como espetáculo do “extraordinário” para reforçar a norma do corpo válido. Frankenstein dramatiza essa lógica, o corpo diverso serve como tela para medos coletivos. O horror não é a criatura em si, mas a fragilidade do ideal de normalidade que ela revela e confronta continuamente com a sua existência e desejo de continuar a existir.

Diniz (2007) mostra que um dos efeitos mais perversos do capacitismo é fazer crer que vidas com lesão “não valem a pena”. Victor abandona a criatura porque não tolera a falha do ideal perfeito. A sociedade abandona a PCD quando só enxerga perda. Em ambos os casos, há uma ética da pureza que produz exclusão.

Filosoficamente, o filme sugere que o reconhecimento é condição de existência. Sem reconhecimento, a criatura vira “monstro”; com reconhecimento, poderia ser apenas um outro humano. O mesmo vale para a deficiência adquirida: o corpo muda, mas a monstruificação é social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura proposta permite afirmar que Frankenstein (del Toro, 2025) é uma poderosa alegoria da deficiência adquirida na vida adulta. A sociedade-Victor cria a identidade “deficiente” ao produzir normas de corpo e produtividade, e simultaneamente rejeita o sujeito que não as cumpre. A criatura-PCD vive disruptão biográfica e luto pelo corpo anterior, atravessa estigmas e violências simbólicas, e, ao final, ressignifica sua identidade por meio da retomada de agência.

Dessa forma, o filme contribui para deslocar a deficiência do registro do déficit para o registro da relação social, evidenciando

que o “verdadeiro monstro” é o regime moral que abandona corpos diversos à solidão e ao medo. A frase “você pode ter me criado, mas agora eu sou seu mestre” traduz o gesto político da PCD contemporânea: desnaturalizar a opressão, devolver responsabilidade ao social e reivindicar o direito de existir fora da lógica da piedade e da segregação.

O cinema, aqui, não é apenas ilustração, mas uma ferramenta crítica, reabre a pergunta sobre quem tem direito ao humano, e aponta que, enquanto houver normalidades excludentes, haverá criaturas que devolvem ao mundo o espelho de sua própria monstruosidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. Institui a **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília-DF, 2015.

BURY, Michael. Chronic illness as biographical disruption. **Sociology of Health & Illness**, v. 4, n. 2, p. 167-182, 1982.

CHARMAZ, Kathy. Loss of self: a fundamental form of suffering in the chronically ill. **Sociology of Health & Illness**, v. 5, n. 2, p. 168-195, 1983.

DEBORD, Guy. **La Société du Spectacle**. Rio de Janeiro, Contraponto, 1967.

DINIZ, Débora. **O que é Deficiência**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

FRANKENSTEIN. Direção: Guillermo del Toro. Roteiro: Guillermo del Toro. Los Gatos: Netflix, 2025. Filme (aprox. 2h). Estreia no streaming em 7 nov. 2025.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

KOVÁCS, Maria Júlia. Morte, separação, perdas e o processo de luto. In: KOVÁCS, Maria Júlia (Org.). **Morte e Desenvolvimento Humano**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1992. p. 153-169.

KÜBLER-ROSS, Elisabeth. **On Death and Dying**. London: Routledge, 1969.

GARLAND-THOMSON, Rosemarie. Extraordinary bodies: figuring physical disability in **American culture and literature**. New York: Columbia University Press, 1997.

SAWAIA, Bader. Introdução: exclusão ou inclusão perversa? *In:* SAWAIA, Bader (Org.).

As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social.

Petrópolis-RJ: Vozes, 2001. p. 7-13. Disponível em: <http://blogpsicologiablog.files.wordpress.com/2011/09/asartimanhasdaexclusao3asawaiaorg.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2025.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability Rights and Wrongs**. London: Routledge, 2006.

SHAKESPEARE, Tom. **Disability Rights and Wrongs Revisited**. London: Routledge, 2013.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein**. São Paulo: Martin Claret, 2001.

Anderson Barros da Silva

Mestre em Ensino de Ciências pela Unicsul. Especialização em Educação para Ambientes Virtuais. Bacharel em Psicologia. Licenciado em Pedagogia. Graduado em Tecnologia em Gestão de Recursos Humanos. Coordenador de cursos na área de gestão e negócios. Professor assistente II e membro da Equipe Multidisciplinar do grupo Cruzeiro do Sul Educacional. Experiência na área de Administração, com ênfase em Gestão de Pessoas e Psicologia.

E-mail: psicologo.andersonbarros@gmail.com

Carlos Adriano Martins

Pós-Doutorando em Educação e Professor Associado da Unilogos International. Pós-Doutorado em Ensino de Ciências pela Universidade Cruzeiro do Sul. Doutor em Ensino. Mestre em Educação. Especialista em diversas áreas do conhecimento. Graduado em Pedagogia, Educação Especial e Ciências Biológicas. Sócio da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) desde 1998.

E-mail: ead.adriano@gmail.com